

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO E NOVOS HORIZONTES COLOMBIANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Autora: Estefânia Corrêa Borela; Orientadora: Fernanda Pires Jaeger

UNIFRA. *estefaniaborela@gmail.com. nandajaeger@hotmail.com.br*

Resumo: O presente trabalho tem como objeto compartilhar a experiência obtida na cidade de Bogotá (Colômbia), junto a uma fundação que abrigava crianças e adolescentes retiradas das famílias por situações de violências. O projeto ocorreu em junho, julho e agosto de 2016, sendo caracterizado por trabalhar direitos humanos. A ideia de se refletir acerca dos direitos humanos é muito ampla e gera uma gama de possibilidades de atuação. Nesse sentido, buscou-se arquitetar espaços que discutissem assuntos que estão enlaçados nesse campo e permitir que cada sujeito fosse construindo, no seu tempo e espaço, o conceito de direitos humanos. A partir disso, foi direcionada a constituição de aulas cujas temáticas estivessem entrelaçadas aos direitos humanos, a saber: soberania alimentar, desigualdade social, violências, as contribuições da educação para a liberdade e do povo latino-americano, sustentabilidade e igualdade de gênero, por meio de dispositivos diversos. Ao final do aprendizado, realizou-se um estudo sobre a história dos direitos humanos e a aglomeração de todos os objetos compartilhados e sua relação com a área dos Direitos Humanos. O projeto oportunizou aos participantes a construção do conhecimento acerca dos direitos humanos e, também, sobre a desigualdade de gênero vigente na sociedade. Por conseguinte, aqui nos focaremos nos espaços que examinaram a questão de gênero.

Palavras-chave: Direitos humanos, educação, gênero.

Introdução

Nas últimas décadas, observa-se o avanço da garantia dos direitos às mulheres, principalmente em decorrência da atuação dos movimentos e coletivos femininos nos mais variados espaços de inserção, bem como a presença cada vez maior desse tema nas agendas de diversos países e organizações. Nesse contexto, é preciso considerar que o alcance à igualdade de gênero e o combate as violências contra as mulheres enquanto um fator primordial para a concretização dos direitos humanos e a consolidação da cidadania.

Se por um lado detectamos essas movimentações, de outro constatamos que elas ainda são pequenas se considerarmos todo o histórico de desigualdades e o enraizamento dessa questão no tecido social. Logo, a manutenção do espaço direcionado para a ocupação da mulher como inferior é de caráter estrutural, necessitando, portanto, de instrumentos que reverberem em transformações nas bases da sociedade e desaguem em práticas de empoderamento e em uma radical modificação dos pilares sociais. Conforme Leite (2010, não paginada):

As práticas de subjugação da mulher remontam a tempos imemoriáveis e remanescem mesmo após a modernidade capitalista e a todas as promessas do esclarecimento racionalista. Ainda que a dinâmica das lutas sociais,

principalmente, durante o século XX, tenha logrado êxito no que diz respeito à positivação jurídica de garantias formais, como a própria declaração de 1948, as convenções internacionais, as proposições semióticas que perfazem a cultura das relações intersubjetivas continuam situando a mulher em patamares de inferioridade.

Nesse aspecto, podemos recorrer aos dados históricos relacionados a construção dos direitos humanos. Inicialmente, a mulher não era vista enquanto um ser humano, mas como um papel que exercia, como esposa ou filha (TEDESCHI; COLLING, 2014). Então, isso nos evidencia para a caracterização da mulher como um objeto cuja posse pertencia ao marido ou ao pai, fato que impacta diretamente na estruturação dos capitais escritos históricos que tratam sobre os Direitos Humanos, por exemplo Declaração da Virgínia, de 1776, que fazia menção apenas aos homens (HUNT, 2009).

Logo, no decorrer da história foi possível detectarmos a prevalência de um gênero –o masculino- em relação a outro – o feminino. Apesar de se pensar Direitos Humanos como sendo de caráter igual perante todos os sujeitos, a não nomeação da mulher reforça o conjunto de privilégios que os homens adquiriram e mantêm no conjunto social, ou seja, uma disparidade que se manifesta nos grupos sociais historicamente (MIGUEL, 2014). Aqui, não seria exagero em se afirmar que é imprescindível para a nossa compreensão acerca do papel subjugado socialmente à mulher fazer menção a francesa Olympe de Gouges. Gouges foi responsável pela elaboração do documento intitulado “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (1791), sendo constituído a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nomeando a mulher no texto e produzindo significativos apontamentos, principalmente no que tange a quebra de padrões vigentes à época (MIGUEL, 2014; GOUGES, 1791). Ao final desse trabalho, Olympe de Gouges foi decapitada (TEDESCHI; COLLING, 2014).

Desse modo, propor instrumentos de educação em direitos humanos, enfocando a questão da mulher, emerge enquanto uma prática potente. Foi nesse contexto que se observou o surgimento de novos exemplos educacionais, que fossem contrários ao tradicional molde que reproduzia as desigualdades em suas mais variadas faces e pautasse uma educação feminista e não-sexista (HENRIQUES et al, 2007). Daí decorre, também, a necessidade de se ilustrar que “o processo de fazer homens e mulheres, a designação de seus papéis sociais, a hierarquização entre os dois sexos subordinando o gênero feminino ao masculino são construções, invenções históricas” (TEDESCHI; COLLING, 2014, p. 50).

Diante desses aspectos emergentes em direitos humanos e igualdade de gênero, foi desenvolvido um projeto sobre educação e direitos humanos em uma fundação, cuja característica era de ser o lar de crianças e adolescentes que não estavam mais com suas famílias originárias em decorrência de maus tratos. A localidade na qual a fundação está situada, chamada de Tuna Alta, apresenta grande vulnerabilidade socioeconômica, consumo de drogas, não há oferta de empregos em escala suficiente para os moradores, a maior parte das mulheres encontra o seu sustento nos serviços domésticos, sendo nítido o abandono sócio-territorial por parte do poder público

Por conseguinte, o projeto teve como objetivo discutir a temática dos direitos humanos e auxiliar na construção/consolidação do olhar crítico frente a realidade social, fazendo o recorte no tópico da mulher.

Metodologia

O projeto ocorreu ao longo dos meses de junho, julho e agosto, com quatro encontros semanais de um turno, totalizando 20 encontros. A turma era constituída em média 10 meninos e meninas, na faixa etária entre onze e dezesseis anos.

Inicialmente, buscou-se conhecer a fundação, os sujeitos que ali estavam, bem como suas histórias, compreendendo sempre o tempo de cada um e cada uma em verbalizar a sua trajetória e, sobretudo, o seu desejo ou a ausência dele em partilhá-la. Cada palavra foi recebida com empatia, acolhendo e agradecendo pelo compartilhamento, mantendo o olhar cuidadoso sob cada pessoa que confiava a sua narrativa.

Nesse ínterim, foi se absorvendo e detectando cada nuance que constituía aquele território, caracterizado por uma vulnerabilidade socioeconômica bastante profunda. A partir do entendimento sobre o funcionamento da região e as várias formas de ser, foi possível engendrar ações que fossem frutíferas e suportassem as demandas que se apresentavam.

Considerando a amplitude de questões que são abarcadas pelos direitos humanos e o curto período temporal de que dispunha, houve a escolha de selecionar temas específicos para o nosso trabalho e que estivessem articulados com a comunidade. Por meio dessa escolha, empregaram-se ferramentas de ensino-aprendizado que fugiam de uma lógica mais mecanicista de educação. Ao substituir esse modelo, foi possível produzir uma troca constante entre todos os participantes do projeto. É indispensável acrescentar, também, que todos os planejamentos de classes eram instrumentalizados de modo a atender e estar em consonância com as especificidades de todos

presentes. Desse modo, elencou-se os seguintes assuntos: o coletivo, meio ambiente e sustentabilidade, igualdade de gênero, fome e soberania alimentar, educação, violências, modos de produção e consumo, dentre outros. Por motivos de preferência da autoria, iremos nos focar na descrição dos espaços que estabeleceram uma relação mais profunda com a questão de gênero, porém ressalta-se que se compreende que os demais também interferem na vida das mulheres.

Assim, para adentrarmos a discussão no que tange ao tema da igualdade de gênero, assistimos a um pequeno documentário que discutia o espaço que era destinado as mulheres na política, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho de profissões consideradas masculinas e a necessidade de se firmar ações que contribuíssem para o empoderamento das mulheres. Após isso, realizou-se uma dinâmica onde cada um/uma retirava uma frase que continha dizeres sobre meninas jogar futebol, meninos dançar ballet, ambos realizarem as tarefas domésticas, dentre outras. Para relacionarmos com a educação, foi visto outro documentário que apresentava a história de uma menina paquistanesa e sua luta para estudar, reforçando a questão da desigualdade de gênero e do abismo entre homens e mulheres nesses territórios, relacionando com a situação na América Latina. Costurando com a temática do gênero, transferimos as discussões para a violência, utilizando como elemento disparador da discussão a pergunta: *Te has detenido a pensar en lo que es la violencia?* E, em seguida, ilustrando as diversas formas de violência e reconhecendo o impacto que isso tem sob a vida das mulheres.

Para finalizar os trabalhos, estudamos sobre a história dos direitos humanos e no que consistem, obtendo como produto final um texto, escrito conforme o desejo de cada uma/um, sobre a relação de todos os tópicos trabalhos com os direitos humanos.

Resultados e Discussão

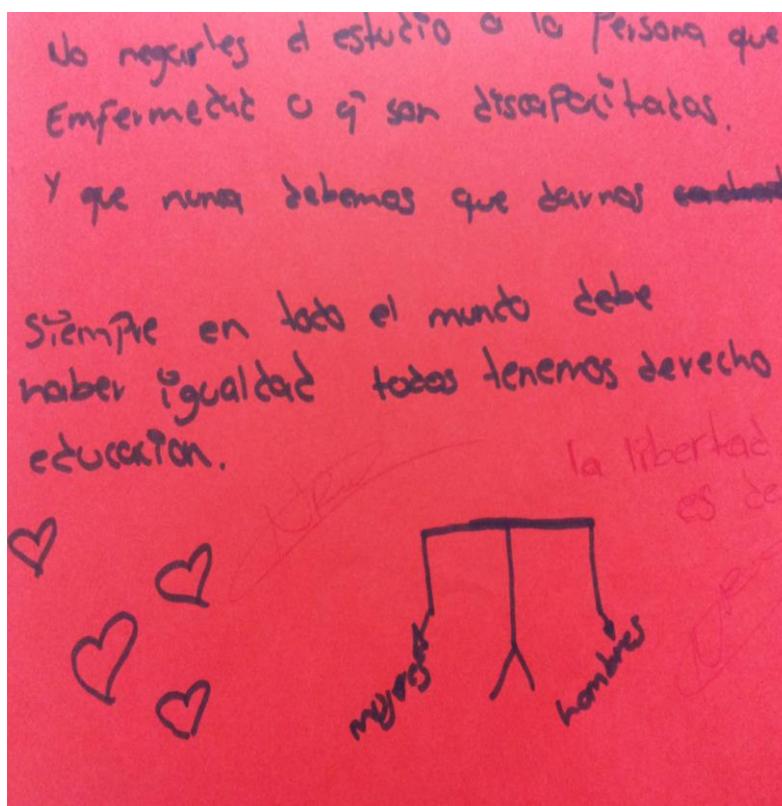
Trabalhar direitos humanos se mostrou uma tarefa muito árdua. Em primeiro lugar pela busca constante por meios que viabilizassem a construção coletiva e de cada sujeito para com o tema, estabelecendo uma relação singular e rompendo com arquétipos educacionais que entregam a ideia pronta. E, também, pela complexidade das temáticas e suas exigências, adaptando-as as capacidades de todas/os as/os participantes, pegando o aporte na educação popular (FREIRE, 2014)

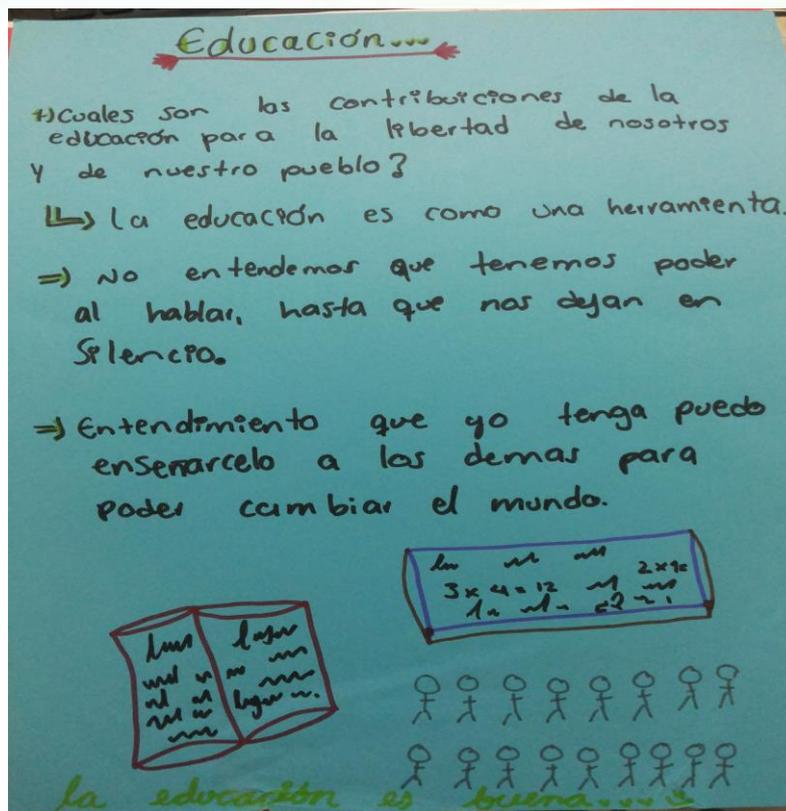
As discussões superaram todas as expectativas possíveis que, por ventura, foram arquitetadas antes do começo das atividades, alcançando o objetivo inicial de refletir acerca de direitos humanos, sempre pautando a mulher e seus espaços. A própria constituição do

entendimento sobre o que é gênero e qual o impacto que a desigualdade entre homens e mulheres exerce na sociedade percorreu um caminho muito frutífero, pois conseguiu-se chegar no ponto de pensar gênero evadindo de algo biológico, mas enquanto produto da socialização, ideia trazida em VIEIRA (2015).

As crianças e adolescentes mostraram um conhecimento profundo acerca da realidade social, se posicionando de forma bastante crítica diante das problemáticas sociais, vinculando as questões de gênero as de classe e raça. As meninas, em especial, são muito empoderadas no que tange aos seus direitos e na luta pela conquista dos seus espaços na sociedade. Quanto a isto Strey (2004) ressalta a importância da construção de igualdade de gênero nas políticas públicas, especialmente no âmbito educacional.

Todas e todos sempre pautaram a igualdade nos direitos, na execução das tarefas domésticas, na construção social das atividades para meninos e para meninas e na necessidade de liderança para a transformação da sociedade e erradicação de toda e qualquer forma de desigualdade social.





Atividade de duas participantes do projeto.

Neste sentido, evidencia-se que os participantes demonstraram propriedade em relação aos conceitos advindos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que foram discutidos nos encontros e, especialmente, no que tange a igualdade de gênero. Assim, reafirmamos o que FREIRE (2014) já nomeava como tarefa histórica de todos nós: a transformação da realidade, colocando espaços em que uns se solidarizam com as particularidades do outro e que nessas diferenças encontram suas pareências, brotando a desconstrução dos padrões aprendidos socialmente.

Conclusões

No decorrer dos três meses de projeto, nos deparamos com discussões profundas sobre direitos humanos e igualdade de gênero, suscitando em desdobramentos múltiplos. Nesses desenvolvimentos, chama atenção a capacidade de análise crítica e de diálogo das/os participantes, sendo que todas as discussões propostas produziram resultados que ilustram a importância de espaços nesse molde dentro de instituições de educação.

Não nos resta dúvidas de que oportunizar ambientes que discutam temas que ilustrem a realidade social e das mulheres é muito proveitoso, sobretudo porque fortalece os laços e provoca o

reconhecimento de um sujeito no outro. Esse se reconhecer na/no colega elabora relações de companheirismo e empoderamento, criando coletivos que sejam capazes de refletir e produzir respostas para os problemas.

Logo, as resoluções para a dificuldade de se transferir os direitos humanos do papel para a prática e de se igualar os gêneros, principalmente quando se fala em América Latina, estão nesses grupos, o que se faz necessário é enxergar esses sujeitos enquanto pessoas ativas na construção de uma nova sociedade. Quando conseguirmos reconhecer as parencas das lutas, poderemos nos fortalecer enquanto povo, apostando nas gerações que virão e construindo uma sociedade igualitária e democrática para as que ainda irão nascer.

Agradecimentos

Não poderia findar esse trabalho sem deixar exposta a minha gratidão a todas as pessoas que confiaram em mim, que me contaram as suas histórias, que compartilharam o seu existir comigo. Muito embora o tempo tenha sido exíguo, considerando todas as possibilidades que a cidade de Bogotá nos coloca, foi fundamental para compreender melhor as mazelas estruturais que a nossa América Latina carrega, conhecer as diferentes realidades que nós, mulheres, vivemos, mas também captar todas as similitudes que as nossas lutas carregam. Agradeço, em especial, a todos os sujeitos de Tuna Alta pelo enorme aprendizado humano que me possibilitaram. Fica aqui um desejo que carrega tantos outros: que o povo latino-americano possa, em breve, ser livre.

Referências

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em: 11/07/17

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOUGES, Olímpia. *Os direitos da mulher e da cidadã*. São Paulo: Saraiva, 2016.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Organização). *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Cadernos Secad. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. Direitos Humanos Fundamentais, igualdade e gênero: Reflexões transdisciplinares. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7544>. Acesso em 12/06/2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

STREY, Marlene N. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: *Gênero, Violência e Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. Os direitos humanos e as questões de gênero. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 3, 2014, pág. 33-57. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992/22740> Acesso em 11/06/2017.

VIEIRA, Letícia Becker. Em tempo de transformação: igualdade de gênero e vivências compartilhadas. In: LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane (org.). *Caminhos à gestão de políticas públicas: vivências em gênero e raça*. Santa Maria: SEDUFSM, 2015.